

A ÉTICA DOCENTE FRENTE À INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Isabel de Carvalho Paiva ¹
Jeriane da Silva Rabelo ²

RESUMO

O presente artigo trata da ética na docência mediante o ensino inclusivo e a utilização do diagnóstico médico na escola regular. De caráter qualitativo, a pesquisa iniciou-se a partir das experiências obtidas durante o Estágio Curricular em Educação Infantil do curso de licenciatura em Pedagogia em uma universidade pública do Ceará, por meio de observação participante em uma instituição de Educação Infantil. Fundamentou-se nos estudos de Wallon e Piaget, expandindo-se para Beyer (2005), Mantoan (1993), Oliveira (1997), Lagrange (1982), Craidy (2001) e Freire (2006), em que apresenta as consequências da rotulação e urgência de diagnósticos no processo de ensino-aprendizagem da criança no ensino regular. Assim, este trabalho apresenta sobre a ética como um norte para uma escolarização humanizada e inclusiva, refletir-se-á sobre as práticas pedagógicas mais coerentes as presentes mudanças da sala de aula, visando compreender e refletir sobre nossas posturas mediante os atuais desafios da educação.

Palavras-chave: Ética, Docência, Diagnóstico médico, Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar e o acesso de crianças com deficiências ao ensino regular desafiam os professores a acolher todos, independentemente de suas condições sensoriais, físicas ou intelectuais. A dificuldade de ensinar alunos com deficiência evidencia a fragilidade da formação docente. A presença desses educandos ocasiona, portanto, um desafio para os professores para lidar com tal heterogeneidade escolar (BEYER, 2005; MANTOAN, 1993).

Nos últimos anos, temos assistido a um aumento significativo dos índices de diagnósticos médicos precoces, muitas vezes sem uma visão integral da criança. Pais e professores procuram soluções para a criança fora do padrão escolar. Dessa forma, crianças com aparente atraso na aprendizagem, rotulados de “desligadas da realidade”, inquietas e indisciplinadas geram recorrentes conflitos em sala de aula e não correspondem ao convívio social dito adequado. Por causa disso, são cristalizados e deixados em segundo plano no contexto escola regular.

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, isabel.carvalho@aluno.uece.br;

²Doutoranda em Educação – Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora da Faculdade de Educação de Crateús–FAEC/UECE, jeriane.rabelo@uece.br

Muitos desses diagnósticos são gerados sem a avaliação devida de uma equipe multidisciplinar, o que resultaria em apontamentos reais de possíveis transtornos na vida da criança.

É importante salientar que alguns problemas de aprendizagem são resultados de uma série de fatores externos, por exemplo, a falta de estímulo familiar e afetividade em casa. Outros fatores, não obstante, podem estar ligados a própria metodologia pedagógica no processo ensino-aprendizagem, técnicas que auxiliariam seu desempenho e promoveriam o desenvolvimento integral da criança se postos em prática.

É evidente que nem todos os casos são apenas de dificuldades na aprendizagem, mas reais deficiências motoras, transtornos de desenvolvimento neurológico, dentre outros, que necessitam de acompanhamento especializado. Porém, mesmo assim, há possibilidades de se desenvolver em sala de aula mecanismos que incluam a criança nas atividades pedagógicas, promovendo, com isso, a inclusão na escola regular.

O presente artigo se insere no Estágio Curricular em Educação Infantil do curso de licenciatura em Pedagogia, através de observações participantes e regência em uma instituição pública municipal de Educação Infantil do Ceará. Foram presenciados momentos constrangedores em sala de aula a respeito da conduta, muitas vezes, discriminatória das professoras.

Através do período de observações sobre a prática docente, foi possível notar o ambiente de relação entre professora-criança. Podemos ressaltar que as crianças eram chamadas pelas professoras de “laudados” (referindo-se as crianças com deficiências), justificando que elas deveriam ter seus próprios cuidadores³, as professoras diziam que não se sentiam preparada para lidar com aquelas crianças. Através desse comportamento docente, motivou a questionar sobre a ética do professor no trabalho a ser desenvolvido com crianças com deficiências em escolas regulares.

Para um olhar mais crítico sobre a conduta profissional, o presente trabalho discorrerá sobre a ética na docência, em especial, em turmas inclusivas; em seguida serão discutidas as consequências da rotulação de alunos com deficiência além da urgência de diagnósticos precisos para prováveis crianças deficientes no ensino regular na Educação Infantil; por fim, ponderar-se-á sobre as práticas pedagógicas mais coerentes com as presentes mudanças da sala de aula, visando compreender e refletir sobre as posturas docente mediante os atuais desafios da educação.

³ Auxiliar que acompanha o estudante com deficiência de maneira mais individualizada no ambiente escolar, viabilizando sua mobilidade e assistência em suas necessidades pessoais.

METODOLOGIA

A pesquisa de natureza qualitativa, ocorreu em dois momentos, inicialmente foram realizados estudos da temática através da busca em periodicos e documentos oficiais, no segundo momento ocorreu, durante dois meses, observações participantes em uma turma do Infantil V de uma instituição pública de um município do Ceará, onde foram realizados registros em diário de campo, registro fotográfico e análise dos dados apurados das observações em sala de atividade com as crianças. A escolha do tipo de pesquisa oportunizou maior contato com o fenômeno estudado e assegurou a descrição dos elementos captados.

Durante as observações foram constatados a presença de duas crianças com deficiências que estavam apenas integradas na escola e não incluídas. No decorrer das atividades observadas, foi acompanhado o trabalho de uma docente, no qual foram registradas suas características e as ações pedagógicas em atendimento a turma observada. Foram realizados, durante o período de observação, a rotina com as crianças, a realização de atividades e coparticipação de uma estagiaria.

A ÉTICA NA DOCÊNCIA

Atuar profissionalmente com ética, é dar valor a função social da profissão do professor, mesmo em meio ao multifazer de tarefas diárias docentes e o imediatismo que move as agendas e planejamentos pedagógicos.

O ser ético, em uma reflexão filosófica sobre os fundamentos da moral, é por sua vez definida como conjunto de regras de convívio social. De modo mais tradicional pode-se dizer que ética é parte do caráter da pessoa, da intenção interior, decorre da distinção do agir correto, que abrange e influi no modo de vida.

Segundo explica Rios:

a ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. Cabe a ela, enquanto investigação que se dá no interior da filosofia, procurar ver [...] claro, fundo e largo os valores, problematizá-los, buscar sua consistência. É nesse sentido que ela não se confunde com a moral. [...] A moral, numa determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, partindo da historicidade presente nos valores. (RIOS, 2001, p.24)

A partir do exposto pode-se refletir que ética e moral embora intrínsecas são diferentes, a moral é conduzida pela ética. Ética é entendida como conjunto de normas de decoro individual

que agrega valores, sentido do certo e do errado das ações e intenções para melhor desenvolvimento de si e obviamente ao coletivo no qual está inserido.

Na educação se configura como a promoção constante de uma autonomia responsável pelo indivíduo no espaço coletivo, visa a construção da pluralidade de opiniões, respeito a si e do meio, como a própria democracia de se relacionar socialmente.

Não existe um modelo de comportamento ético para os diversos desafios que surgem na docência, não há um tutorial oferecendo o passo a passo nas resoluções de problemas, nem tão pouco uma solução mágica no trabalho a ser desenvolvido com as crianças, mas, em se tratando da permanência de crianças com deficiência no espaço escolar regular, se faz necessário a base ética, que possibilitará estudar e agir da melhor forma possível caso a caso.

Ao falar sobre ética na docência, Paulo Freire esclarece que:

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar a esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. [...] é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro...Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. [...] É por esta inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com criança, jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2016, p.17).

Para Freire o comportamento ético do professor deve condizer com o discurso e função social do educador, são virtudes práticas que se destacam em sala de aula e fora dela, com o interesse único ao bem e ações de zelo ao semelhante.

DOCÊNCIA E A INCLUSÃO

Mesmo após o aumento de muitas leis que defedem o acesso e permanência de crianças com deficiência na escola regular, ainda se percebe o despreparo na formação e no currículo docente para o recebimento dos diferentes tipos de deficiências nas escolas regulares, a inclusão dessas crianças no ensino comum tem sido um processo complexo para professores e crianças, devido à pouca qualificação dos educadores no que se refere a educação inclusiva. Segundo Oliveira:

Muitas das dificuldades apresentadas pelos alunos podem ser facilmente sanadas no âmbito da sala de aula, bastando para isto que o professor esteja mais atento e mais consciente de sua responsabilidade como educador e despenda mais esforço e energia para ajudar a aumentar e melhorar o potencial motor, cognitivo e afetivo do aluno (OLIVEIRA, 1997, p.12).

Não se pode negar a realidade que, mediante as dificuldades encontradas com crianças e não sabendo lidar com a situação, o mais viável é encaminhar o caso para outros setores, porém, o fato é que concluindo um diagnóstico facilita ao professor justificar o fracasso escolar, e é aqui que a ética é ultrapassada por outros interesses, podendo ser, benefícios financeiros a instituição, se livrar da responsabilidade em acompanhar a criança, a pressão da família para obtenção de auxílio financeiro do governo, são exemplos presenciados na instituição escolar.

O preocupante dos casos vivenciados é a pouca qualificação dos educadores, despreparo para analisar e acompanhar os casos de crianças hiperativas, com TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento)⁴ ou a síndrome mais comum na escola pesquisada que são as crianças com Down⁵. Ressalto que nos últimos anos a escola tem melhorado significativamente a inclusão social, mas ainda existem lacunas que demandam urgência em serem reparadas.

É fácil percebermos na rotina da escola o despreparo de professores no constante desafio da inclusão escolar, alinhada ao processo de alfabetização e letramento, impaciência e negligência são comuns no dia a dia, o fato é que muito desse despreparo profissional alimenta o mercado de diagnósticos médicos, uma espécie de medida de socorro por não apresentarem o suporte necessário para lidar com os novos desafios da sala de aula e continuamos no recorrete erro de passarmos a diante as responsabilidades.

O termo “criança laudada” é usado, muitas vezes, por docentes para justificar o comportamento do indivíduo, essa rotulação parte da família e permeia na vida escolar da criança, o termo é explorado por professores e coordenadores, que diferenciam a criança das demais, desencadeando uma falsa inclusão, em que a deficiência ou TGD⁶ são vistos e entendidos como empecilhos para levar saberes a criança, interrompendo o seu próprio avanço e priorizando o da turma que possuem mais probabilidade de sucesso.

A questão central não é o laudo em si, o fechamento do diagnóstico, mas como em nosso dia a dia nos utilizamos do nome da deficiência, transtorno ou síndrome, para a classificação dos alunos em sala de aula, muitas vezes justificando que as ações são para permitir o amparo de profissionais a criança deficiente, mas na verdade, cria-se barreiras ao seu desenvolvimento.

⁴ Abrangem diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

⁵ Síndrome caracterizada por uma alteração genética na divisão celular, contendo traços físicos únicos, atraso no desenvolvimento físico e mental, variando de indivíduo a indivíduo.

⁶ Se caracteriza pelo comprometimento de algumas áreas do desenvolvimento da criança, interferindo nas habilidades sociais, linguagem, comportamento repetitivo e o restrições de interesses.

Oliveira (1997, p. 14-15) aponta que “a experiência escolar tem grande influência na imagem que a criança tem de si”, revela ainda que “o professor deve esgotar os seus recursos antes de proceder a um encaminhamento para os diversos especialistas”.

Sabe-se que o mínimo de esforço do educador, se utilizando por exemplo da psicomotricidade, poderá investir numa adaptação ou reeducação da criança ao contexto escolar, detectando limitações e trabalhando planos de aula a partir dessas dificuldades, promoverá uma aprendizagem significativa e integral aquela criança. No entender de Lagrange (1982, p. 47) a educação psicomotora “não é um treino destinado à automatização, à ‘robotização’ da criança”.

Com opinião similar Vayer (1982, apud OLIVEIRA, 1997, p. 33) diz:

Trata-se de uma educação global que, associando os potenciais intelectuais, afetivos, social, motores e psicomotores da criança, lhe dá segurança, equilíbrio, permite o seu desenvolvimento, organizando corretamente as suas relações com os diferentes meios nos quais tem de evoluir.

As contribuições de práticas inclusivas para o desenvolvimento integral da criança adentraram a educação visando a superação de limites e respeito as fases de desenvolvimento individuais, portanto um educador com conhecimentos amplos desta área poderá acompanhar o desenvolvimento da criança de forma a estimulá-la em todas as áreas, cognição, afetividade e linguagem, estas interligadas e conduzidas a um avanço integral.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação brasileira determina a inclusão de alunos com deficiências em escolas regulares, podendo também participar no contra turno das aulas do Atendimento Educacional Especializado – AEE. A Resolução nº 2/2001⁷, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE, assegura os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir as crianças e atender suas necessidades educacionais especiais. Direito esse já constado na Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III⁸ (BRASIL, 1988), ainda no Plano Decenal de Educação para todos⁹, 1993 – 2003 (MEC, 1993) no qual são modelos documentais que asseguram o direito a todos à educação, desde o acolhimento, suporte, promoção de condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 06 de março 2019.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 06 de março 2019.

⁹ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf> Acesso em 06 de março 2019.

Em nota técnica nº 04 de 2014 do Ministério da Educação, em parceria com SECADI/DPEE¹⁰ há o esclarecimento que o laudo médico não pode ser exigido por instituições para que se inclua ou não a criança com deficiência no ensino regular, pois do contrário estaríamos restringindo o direito universal de acesso à educação, o laudo é para declaração do Censo Escolar e assegura benefícios no acompanhamento pedagógico do aluno (BRASIL, 2014).

O ponto peculiar das propostas é a desqualificação dos educadores atuantes para atender a demanda em sala de aula, a realidade das escolas produz uma falsa inclusão, pois na maioria das vezes o aluno com necessidades específicas passa a ser só mais um número em sala e corredores da escola, mesmo com o auxílio de cuidadores, recebem um ensino fragmentado e não há garantias que a criança seja acompanhada em suas diversas especificidades.

Na escola pesquisada podemos observar relatos da professora afirmando que: *“Meu papel é ensinar e não ser babá”!* Em outro momento, foi presenciado uma reunião de pais e professores, algumas falas nos chamaram a atenção: *“Mãezinha, sua filha não acompanha os coleguinhas”*, *“vá atrás do laudo, vai assegurar sua criança na escola”*. A professora relatou que a desculpa das indagações é que os pais esperam muito do professor, dizem, *“mas temos uma sala com outras 22 crianças que tem que aprender ler e escrever!”*¹¹.

Craidy na obra “Educação infantil: pra que te quero?”, faz reflexão sobre Piaget, Vygotsky e Wallon que discorrendo sobre o desenvolvimento infantil mostram que “a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio” (CRAIDY, 2001, p. 27).

A infância é período importante na vida do Ser Humano, as experiências e decodificações sobre o mundo nesse período são cruciais para a formação de quem somos. O papel da figura do professor em meio a essa formação é como colunas de uma estrutura fragilizada, nossas ações devem ser, portanto voltadas a atender humanamente as necessidades identificadas, criando maior probabilidade de adaptação ou reeducação da criança no contexto escolar que evidentemente dará respostas nas demais áreas de convívio.

Desse modo, temos percebido as contribuições da psicomotricidade para o desenvolvimento integral da criança com deficiências, pois se insere nas relações funcionais e disfuncionais, um trabalho resultante do acompanhamento individual e das intervenções ao nível de suas associações e dissociações, das perturbações ou transtornos descobertos no

¹⁰ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em 27 de agosto 2019.

¹¹ Diário de campo – Estágio em Educação Infantil.

processo de desenvolvimento da criança, trata-se de encontrar os instrumentos e meios de auxiliar seu desenvolver. Um trabalho minucioso que envolve o estudo da motricidade e psiquismo humano, sendo esse transdisciplinar que objetivem a adaptação da criança ao meio que vive de forma a promover sua independência.

A postura ética do educador mediante a uma possível indicação de um diagnóstico médico, deve ser criteriosa e paulatinamente exercida entre escola, família e especialistas. É um trabalho conjunto, até utópico mediante a realidade precária e corruptível de um sistema que visa mais o ganho financeiro do que a qualidade de vida de seus componentes.

A atitude do professor pode tanto ser diferencial na adaptação da criança, como pode resgatar uma criança de um falso diagnóstico que possivelmente trará consequências irreversíveis. Quanto as orientações a família, análise cautelosa do caso da criança, a busca por instrumentos adaptáveis a especificidade descoberta, certamente proporcionará adaptação e reestruturação, um desenvolvimento assistido e personalizado, em que a criança seja respeitada, tal como seu tempo de maturação neurológica e motora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presente e exigida em toda conduta profissional, a ética é o alicerce, no qual precisamos construir nossa carreira, estruturada de forma a contribuir ou gerar mudanças na vida coletiva, proporcionar atitudes diárias de zelo e valorização humana, são exercícios éticos, instrumento fundamental que gera reciprocidade e resiliência. Portanto o que se espera de um profissional da educação é o zelo pelo fazer pedagógico, o que proponho é a reflexão sobre as atitudes do cotidiano que fazem todo o conceito de ética ser posto debaixo do tapete em prol do comodismo e egocentrismo, desencadeando em negligência e omissão de socorro.

Foi possível por meio das observações e acompanhamento dos casos, constar que a falta de capacitação e empatia da docência com as crianças que adentram a sala de aula com laudo são os principais desafios para que ocorra acompanhamento e inclusão da criança com necessidades específicas. A falta de interesse é agravada pela impaciência e a busca por soluções imediatas, como o remanejamento da criança para outra turma ou a conclusão do laudo que assegure a criança ter seu próprio cuidador.

As experiências no campo de estágio curricular em Educação Infantil resultaram na revisão dos objetivos como futura pedagoga, angariou uma nova visão sobre o papel do professor na sociedade, proporcionou estudos de casos e confrontos da questão ética docente nas visíveis mudanças do sistema educacional, os desafios de um ensino inclusivo que demanda

ao docente preparo técnico e psicológico para atender seus novos desafios e saber combater os possíveis vilões para um exercício da profissão de forma zelosa e que dê retorno a sociedade.

As crianças com deficiências requerem uma atenção pedagógica específica, que vise tanto ao que se refere à qualidade do ensino, como aos métodos avaliativos, deva estes considerar diariamente a necessidade de favorecer suas aprendizagens, avaliação e condutas de relacionamentos, bem como o reconhecimento de suas características e especificidades, a fim de favorecer uma ação pedagógica adequada às suas necessidades educativas e assegurar respostas educacionais de qualidade.

A formação em pedagogia deve qualificar para uma educação mais inclusiva, igualitária e ética na vida dos educandos, portanto a prática pedagógica deve seguir com o ideal de que forma pessoas e nortear para autonomia e construção de conhecimentos, o fazer pedagógico envolve o desenvolvimento de técnicas e habilidades para acompanhar a criança em suas especificidades e necessidades, independente das suas limitações intelectuais ou físicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 06 de mar 2019.

_____. CNE. CEB. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 06 de mar 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura (1993). **Plano Decenal de Educação para Todos** – 1993 a 2003. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>> Acesso em 03 de mar 2019.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 04/2014 / MEC / SECADI/ DPEE**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 de ago 2019.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CRAIDY, C. M. e KAERCHER, G. E. P. da S. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LAGRANGE, Georges. **Manual de psicomotricidade.** Trad. De Madalena C. Matos e José V. Lemos, Lisboa, Editorial Estampa Ltda., 1982.

MANTOAN, M.T.E. **Integração x Inclusão; Escola (de qualidade) para Todos.** São Paulo. 1993 p. 37.

OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** Petrópolis, Vozes, 1997.

RIOS, T. A. **Ética e competência.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.